



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº 13971.002860/2002-12

Recurso nº 132.176 Voluntário

Matéria IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Acórdão nº 301-33.216

Sessão de 20 de setembro de 2006

Recorrente UDO HEDLER

Recorrida DRJ/CAMPO GRANDE/MS

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Exercício: 1998

Ementa: ITR. ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA (RESERVA LEGAL). COMPROVAÇÃO PARA FINS DE EXCLUSÃO DA TRIBUTAÇÃO. As áreas de reserva legal, pelas suas características e especificidades, podem ser comprovadas por laudo técnico, por Ato Declaratório Ambiental do IBAMA, bem como, pelo seu registro à margem da matrícula do imóvel no cartório competente, mesmo que tais procedimentos sejam efetuados em data posterior ao fato gerador do ITR.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "OTACÍLIO DANTAS CARTAXO".
OTACÍLIO DANTAS CARTAXO – Presidente



ATALINA RODRIGUES ALVES - Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Valmar Fonsêca de Menezes, Susy Gomes Hoffmann, Irene Souza da Trindade Torres e Carlos Henrique Klaser Filho. Esteve presente o Procurador da Fazenda Nacional José Carlos Dourado Maciel.

Relatório

Trata o processo de Auto de Infração no qual exige-se crédito tributário relativo ao Imposto Territorial Rural – ITR do Exercício 1998, acrescido de juros moratórios e multa de ofício, no montante de R\$ 73.258,03, relativo ao imóvel rural denominado “Fazenda Dona Margarida”, cadastrado na Receita Federal sob nº 1.451.954-2, localizado no município de Rio do Campo - SC.

Nos temos da descrição dos fatos (fl. 28/30), a exigência originou-se de falta de recolhimento do ITR, decorrente da glosa parcial da área declarada a título de área de utilização limitada - reserva legal, a qual foi alterada de 508,6 ha para 210 ha. De acordo com o autuante foi mantida a glosa sobre a área de 298,6 ha tendo em vista que a averbação da referida área como área de reserva legal efetivou-se em 04/08/2000, posteriormente ao fato gerador do ITR/1998. Em consequência da glosa efetivada, parte da área declarada como de reserva legal foi considerada tributável, modificando a base de cálculo e o valor devido do tributo.

Cientificado do lançamento, o contribuinte apresentou a impugnação de fls. 35/53 na qual alega, em síntese, segue a exigência de prévia averbação da reserva legal só pode ser invocada a partir da edição do Decreto nº 4.382/2002, pois até esta data, a averbação se constituía em mera obrigação acessória.

Insurge-se, ainda, contra o valor da multa e dos juros de mora, que afirma serem superiores aos limites constitucionais e possuírem caráter confiscatório.

A Primeira Turma de Julgamento da DRJ/Campo Grande/MS julgou o lançamento procedente por meio do Acórdão nº 5.364, de 11 de março de 2005 (fls. 89/95), cuja fundamentação base encontra-se consubstanciada na sua ementa, *verbis*:

“Ementa: ÁREA DE RESERVA LEGAL

Para ser considerada isenta, a área de reserva legal deve estar previamente averbada na Matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

MULTA DE OFÍCIO. JUROS DE MORA. TAXA SELIC

A obrigatoriedade da aplicação da multa de ofício, de juros de mora e a utilização da taxa SELIC decorrem de lei.

Constitucionalidade de Lei

As autoridades e órgãos administrativos não possuem competência para decidir sobre a constitucionalidade dos atos baixados pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Lançamento Procedente.”

Cientificado da decisão (AR, fl. 98), o contribuinte, por seu procurador (fl. 54), interpôs recurso voluntário a este Conselho (fls. 41/46), no qual repisa as razões e argumentos de defesa expostos na impugnação.

É o relatório.

Nunes

Voto

Conselheira Atalina Rodrigues Alves, Relatora

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade; dele, pois, tomo conhecimento.

A exigência fiscal decorre da glosa parcial da área declarada a título de área de utilização limitada - reserva legal, que foi alterada de 508,60 ha para 210,0 ha.

A decisão de primeira instância manteve a glosa efetivada pela fiscalização, ratificando o entendimento exarado pelo Fisco no sentido de que a área de reserva legal, para efeito de sua exclusão da tributação do ITR deveria estar previamente averbada à margem da matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis por ocasião do fato gerador do imposto.

De fato, verifica-se nas cópias das Certidões de Registro do móvel expedidas pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Taió/SC, às fls. 17/20, registradas sob as matrículas nº 431 (1.000,0 ha), 2538 (86,10 ha) e 432 (137,50 ha), que totalizam 1.223,60 ha.

Com relação à matrícula nº 431, há o registro de averbações das áreas de 210,0 e de 298,60 ha, efetivadas em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 16 da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), respectivamente, em 16/04/1984 e 11/07/2000, totalizando 508,60 ha de áreas de reserva legal.

Também o Laudo Técnico de fls. 09/13, elaborado por engenheiro florestal, devidamente acompanhado da ART, indica que a "Fazenda Margarida", com área total de 1.223,60 ha possui 508,60 ha de área de reserva legal "*constituída de floresta nativa em estágios meio e avançado de regeneração*".

Cabe observar que, em casos similares a este, esta Câmara tem firmado sua jurisprudência no sentido de que a comprovação das áreas de reserva legal para efeito de sua exclusão da base de cálculo do ITR, independe de sua prévia averbação à margem da matrícula de registro do imóvel no cartório competente.

Tal entendimento decorre da interpretação da norma contida na alínea "a", inciso II, do § 1º, do art. 10 da Lei nº 9.393/96, citado como base legal do lançamento, que determina que as áreas de reserva legal e de preservação permanente, previstas na Lei nº 4.771/65, estão fora do campo de incidência do ITR.

Dispõe o citado artigo, *verbis*:

"Art. 10. (...)

§ 1º Para os efeitos de apuração do ITR, considerar-se-á: (...)

II – área tributável, a área total do imóvel menos as áreas:

a) de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989;

(...). "

Atalina

Em relação à área de reserva legal, não há no artigo citado e tampouco em qualquer outro da Lei nº 9.393/96 norma no sentido de que a sua exclusão da tributação do ITR esteja condicionada a sua prévia averbação à margem da matrícula de registro do imóvel no cartório competente.

Cumpre esclarecer que a exigência de averbação da área de reserva legal prevista no § 2º do art. 16 da Lei nº 4.771/65, incluído pela Lei nº 7.803, de 18.07.1989, visa, tão somente, vedar a alteração de sua destinação em caso de transmissão do imóvel a qualquer título ou de desmembramento da área. Sua finalidade é preservar as áreas de reserva legal, tendo em vista que as florestas e demais formas de vegetação existentes no território nacional, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum, sobre os quais o direito de propriedade sofre as limitações impostas na lei.

Entendemos que a exigência de averbação da área de reserva legal prevista no § 2º do art. 16 da Lei nº 4.771/65 nada tem a ver com a apuração e fiscalização do ITR, e, sim, com a preservação do meio ambiente.

Por outro lado, em consonância com o princípio da verdade material, há que se considerar que as áreas de reserva legal, pelas suas características e especificidades, podem ser comprovadas por laudo técnico, bem como, pelo seu registro à margem da matrícula do imóvel no cartório competente, mesmo que tal procedimento seja efetuado em data posterior ao fato gerador do ITR.

No caso, a certidão de fls. 20/20v e o Laudo Técnico de fls. 09/13 comprovam com suficiência a existência de área de 508,60 ha, declarada na DITR/1998 a título de área de utilização limitada - reserva legal, sendo improcedente a glosa parcial da referida área e, em decorrência, a exigência do crédito tributário relativo ao ITR acrescido de multa e de juros de mora.

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2006


ATALINA RODRIGUES ALVES - Relatora